

ESPAÇO ACADÊMICO

Faculdade Católica Rainha da Paz - Araputanga - MT

Ano VII - Nº 17 - Nov/Fev 2011

**O Direito não socorre
aos que dormem- p. 8**

**Perspectivas para o corpo
em envelhecimento - p.14**

**A arte de fazer as
coisas acontecerem - p. 5**

Evolução Tecnológica - p. 10

SPED Fiscal - p. 6



ALIANÇA

MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO

Materiais Elétricos, Tintas, Pisos, Azulejos,
Telhas, Caixas D'Água, Artigos para Pesca
e Ferragens em Geral

TINTAS
maxvinil



SISTEMA
maxmix
Mais de 2000 cores

“A CHAVE DO PROGRESSO”

(65) 3261-1233 / Fax: 3261-1973

alianca.materiais@hotmail.com

Rua Duque de Caxias, 15 - Centro - Araputanga-MT

EXPEDIENTE

REVISTA INFORMATIVA ESPAÇO ACADÊMICO
ISSN 2176-1914

Diretora

Marilza Larranhagas da Cruz

Edição Geral e Arte

Marcelo Porrúa

Arte Finalista

Rafael Oliveira Andrade

Revisão

Eda Lúcia Sabem Marquezini

Departamento Comercial

Eleuzamar Maria da Silva

Conselho Editorial

Andréa Barbosa Proto

Eda Lúcia Sabem Marquezini

Edna Soares da Silva

Eleuzamar Maria da Silva

Jefferson Antonione Rodrigues

José Coelho Pinto

Marcelo Porrúa

Márcia Cristina R. da Silva Coffani

Marilza Larranhagas da Cruz

Marisa Brito Aguiar

www.fcarp.edu.br

Avenida 23 de Maio, Nº 02, Araputanga - MT / CEP. 78.260-000

ÍNDICE

Carta ao Leitor	03
Editorial	04
Administração ou a arte de fazer as coisas acontecerem: desafios no terceiro milênio	05
Sistema público de escrituração digital – SPED	06
O direito não socorre aos que dormem	08
Educação nas prisões: um direito?	09
Evolução tecnológica e tecnologia da informação em nosso cotidiano	10
Analfabetismo tecnológico x inclusão digital	12
Dança na escola: reflexões e possibilidades	13
Perspectivas para o corpo em envelhecimento	14
Formandos 2010	16
FCARP Notícias	22
Fraternidade e a Vida no Planeta: Campanha da Fraternidade 2011	26

ERRATA

A foto publicada na página 24 da 16ª edição, atribuída ao grupo de teatro "Arte do Direito", na verdade tem como protagonistas os acadêmicos do 7º Sem/2010 do curso de Educação Física FCARP.

O POVO DE DEUS



Quando falamos de Povo de Deus, o sentimento que nos vem é o de estarmos em nossa casa todos reunidos: pais, filhos e outros membros da família.

É a grande alegria da família reunida que gera em todos os corações tranquilidade, segurança e paz no caminho da vida. É assim que a gente entende o que é **Povo de Deus**; e pertencer a este povo é sinal de tranquilidade, segurança, coragem e paz na vida. Mas, o que se entende por Povo de Deus? Podemos afirmar que este povo é a **Família de Deus**.

Deus escolheu dentre todos os povos que Lhe pertencem um grupo de pessoas que



O conhecesse na verdade e O servisse santamente. Nos tempos passados Ele escolheu Israel como seu povo na primeira Aliança. A seguir, com a vinda de Jesus, for-

mou o novo Povo de Deus reunindo os israelitas e os gentios que O acolheram.

Através do batismo, espiritualmente, Deus gerou e gera sempre este novo povo que vive na fé, na esperança e na caridade; e que tem como ideal a santidade vivida no amor a Deus e aos irmãos.

É o Espírito Santo que anima o Povo de Deus e Cristo Jesus é seu chefe. É por isso que, caminhando juntos, todos os cristãos vivem a dignidade da liberdade dos Filhos de Deus e unidos caminham rumo à plena realização do Seu Reino.

O Povo de Deus está presente no mundo como sal e luz a fim de ajudar toda a humanidade a se orientar para Deus. Esta é a grande missão e o maravilhoso idealismo de cada um de nós que pertencemos ao **Povo de Deus**.

Pe. Ermínio Celso Duca

PADRE CELSO RECEBE O TÍTULO HONORÍFICO DE MONSENHOR DO PAPA BENTO XVI

Cristãos da Diocese de Cáceres, e em particular da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Fátima, de Araputanga, estão em festa. Desde a celebração da Santa Missa, do domingo, dia 13 de junho, quando houve a recepção da imagem de São Luis de Cáceres, o Padroeiro da Diocese, fora anunciado um título honorífico de "monsenhor" ao pároco de Araputanga.

Em celebração presidida por Dom Antônio Emídio Villar, bispo de Cáceres, e na presença do bispo

emérito Dom José Vieira Lima, Padre Ermínio Celso Duca recebeu a justa homenagem.

Monsenhor é um título eclesiástico honorífico conferido aos sacerdotes da Igreja Católica. Todavia, o título de monsenhor não dá ao padre uma autoridade canônica maior que a de qualquer outro sacerdote, uma vez que a nomeação não implica num sacramento. Todos, igualmente, são presbíteros do Povo de Deus.

Somente o Papa confere o título de Monsenhor, e o faz a pedido do bispo diocesano por meio da Nunciatura Apostólica em homenagem e reconhecimento por serviços prestados à Igreja, Povo de Deus.

Frutas secas, sonhos e realizações



Passei as festas em casa de amigos, e uma das noites fiquei contemplando a bela mesa e dentre as delícias que lá se apresentavam me encantei com a variedade de frutas secas caprichosamente arrumadas. Elas, que um dia foram exuberantes e cheias de vida, sintetizavam o seu sabor agora em outra forma: diminuídas, enrugadas, não tão belas, mas com um sabor original. Elas guardam a essência do seu sabor, agora curtido por um tempo que delas retirou os excessos, mas não sua alma.

Olhei-as pormenorizadamente, tentando descobrir em suas rugas as marcas do tempo e de uma história. Foi inevitável fazer a comparação do ser humano com essas frutas. Um dia também fomos uma pequena fruta ainda verde, agarrada a uma genitora e dia após dia fomos amadurecendo e nos desgarrando até chegar a um ponto em que nosso tamanho diminuirá e o que restará de nós é apenas a semente – promessa de vida nova. Se tudo correr bem, deixaremos uma herança biológica ou afetiva, passaremos a existir na história através da memória dos que conosco repartiram a existência num mesmo tempo.

Fitei os frutos novamente e parece que alguns semblantes neles se configuraram. Verdade! O ser humano também é fruto que um dia foi semente e em semente se transformará. Mas antes que isso aconteça temos muito a realizar. Afinal, quem somos? Fruto de que? De muitas coisas, de tantas coisas, de tantas circunstâncias, pessoas e sonhos. Alguns são os sonhos que temos, outras vezes somos apenas

os frutos dos sonhos que sonharam pra nós mesmos.

Nesse ponto é indispensável pensar a psicanálise. Lacan nos afirma que somos produtos dos desejos de outros, de nossos pais, principalmente, ou daqueles que tomaram o seu lugar em nossas relações de proximidade e importância. Aos poucos vamos amadurecendo forjados pelos desejos do outro, e assumindo-os como nossos não nos damos conta que os sonhos, os desejos que o outro tem, talvez não sejam os nossos próprios sonhos, os nossos próprios desejos.

A melancolia de não estarmos vivendo a nossa vida, a vida que desejamos nos aparece nessas datas festivas de final e começo de ano. Talvez o começo de mais um ano seja um desafio para que descubramos os nossos desejos originais e neles pautemos nossa vida. Há sempre tempo de recomeçar a desejar, a sonhar com o fruto que podemos ser, ele será a semente que deixaremos para a posteridade. Afinal, alguém já viu uma goiabeira produzir mangas?

Depois de mergulhar nesse átimo de tempo e refletir sobre os frutos, os desejos e as realizações, voltei a contemplar a mesa e a saborear as frutas secas, pois elas estavam cumprindo sua missão, mas a nossa ainda está incompleta.

Marcelo Porrua

ADMINISTRAÇÃO OU A ARTE DE FAZER AS COISAS ACONTECEREM: DESAFIOS NO TERCEIRO MILÊNIO

Romário Custódio Jales*

Somos os administradores do terceiro milênio? Não tenham dúvidas. Caberá a nós administrarmos o que nos deixaram e construir um bom legado às futuras gerações, fato que nos impõe uma imensa responsabilidade: lidar com a gestão de organizações que estão em constantes inovações, que mudam a cada momento, que não seguem um padrão. E para isso, só estudar não é suficiente, mas é a base para entendermos a evolução no decorrer dos anos e entendermos o presente.

O ponto alto do momento, quando se fala em administração é o termo gestão e nunca essa atitude foi tão necessária. Saber gerenciar não é simplesmente comandar uma equipe, mas é viver essa equipe. Fazer da soma de esforços, resultados positivos e de retorno. O que também não é tarefa fácil dados os conflitos ideológicos de diferentes gerações, conforme o site www.focoemgercoes.com.br.

Vivemos um conflito de várias gerações. A geração Y, dos jovens entre 20 e 30 anos invade o mercado com propostas inovadoras, novas idéias e a fim de correr riscos. Diferente da geração X, em que as pessoas de idade entre 30 e 45 anos querem estabilidade econômica e social, e por isso preferem manter um padrão tradicional de decisões. E ainda os da geração anterior à geração X, os chamados baby-boomers, de 45 a 63 anos (segundo alguns autores esse é o limite de idade das gerações ativas no mercado.). Os baby-boomers são os tradicionais do mercado de trabalho, que acreditam que o que conta para bem gerir uma empresa é a experiência, segundo matéria jornalística veiculada pelo Jornal da Globo, da Rede Globo de Televisão.

O que quis dizer com essa explicação de conflito de gerações é que o administrador do novo milênio deve estar preparado para lidar com essas três gerações, mesmo pertencendo a uma delas. Reconhecendo ainda os aspirantes no mercado de trabalho, chamados de geração Z – os menores de 20 anos.

Um dos imperativos do administrador deve ser trabalhar com ética: nem chamaria isso de necessidade do novo administrador, mas de um desafio que cabe a ele assimilar e que se traduz, principalmente, na boa convivência entre concorrentes, pessoas e na sociedade de forma mais

ampla. Imaginemos que o respeito mútuo já é um grande passo para a conquista da ética em seu sentido mais amplo.

Aos administradores do terceiro milênio, o marketing deve ser levado para além dos muros da empresa ou dos estudos na faculdade sobre as teorias da administração. O marketing pessoal é algo muito importante para nós profissionais da gestão. E isso diz respeito a cada detalhe: a aparência, as atitudes, as escolhas, a cultura, o bom relacionamento, a pró-atividade, a disponibilidade, a humildade. Afinal, o marketing pessoal vai muito além de possuir um cartão de visita sempre a mão (você tem o seu?), ele agrega um valor inestimável ao produto que somos no mercado de trabalho.

Muitas pessoas trabalham por necessidade, outras (muito poucas) trabalham com prazer. E por que não associar paixão à necessidade, ou em outros termos, o útil ao agradável. O clichê “não devemos fazer tudo por amor, mas devemos pôr amor em tudo que fazemos” é muito real. O trabalho sempre foi visto pelo ser humano como algo que se é obrigado a fazer para a sobrevivência. O sucesso de uma vida profissional muitas vezes está associado ao fracasso na vida pessoal. E isso não é necessariamente verdade. Os administradores do terceiro milênio precisam reconhecer que há bons profissionais em empresas que chegam em suas casas e também encontram problemas.

O terceiro milênio traz também velhos desafios, especialmente a sustentabilidade. Explorar o mundo de maneira sustentável e relacionar-se com a natureza de maneira consciente são desafios que devem ser assumidos por cada um de nós. Os lucros a curto prazo não podem custar o prejuízo a longo prazo. Precisamos lembrar-nos do que herdamos de nossos antepassados um mundo que descobriu a industrialização e com ela a autodestruição. Façamos a diferença e deixemos como herança a consciência de um mundo economicamente viável, mas com sustentabilidade, onde o homem e a natureza vivam em harmonia.

Em suma, repito: somos os administradores do terceiro milênio. Cabe a nós desenharmos os caminhos que o novo milênio irá tomar no que diz respeito à administração que é a arte de fazer as coisas acontecerem.

*Administrador egresso FCARP/2010
Trainee SEBRAE/ Cáceres/MT



SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL SPED

Flávio Henrique Lima da Silva*

O SPED é um projeto instituído pelo Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007. O projeto faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal, que consiste na modernização da sistemática atual do cumprimento das obrigações acessórias, transmitidas pelos contribuintes às administrações tributárias e aos órgãos fiscalizadores, utilizando-se da certificação digital para fins de assinatura dos documentos eletrônicos.

Alguns dos principais objetivos do SPED são: Tentar diminuir o envolvimento involuntário em práticas fraudulentas, acelerar o acesso às informações, reduzir a carga tributária, aperfeiçoar o combate à sonegação e tentar promover a integração entre fiscos e contribuintes mediante ao compartilhamento das informações contábeis e fiscais.

O Sistema Público de Escrituração Digital - SPED é formado por grandes subprojetos, tais como: A Escrituração Contábil Digital - ECD, Escrituração Fiscal Digital - EFD, Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, Nota Fiscal de Serviços Eletrônica- NFS-e, Conhecimento de Transporte eletrônico- CT-e dentre outros, mantendo parcerias com instituições, órgãos públicos, conselhos de classe, associações e entidades civis.

A ECD - Escrituração Contábil Digital, conhecida também como Sped Contábil, foi instituída pela Receita Federal do Brasil, por intermédio da Instrução Normativa 787, de 19.11.2007, e será utilizada para fins fiscais e previdenciários, sendo seu uso obrigatório somente para os contribuintes sujeitos à tributação do Imposto de Renda com base no Lucro Real. O ECD tem como obrigação transmitir em versão digital os seguintes livros:

- Diário e seus auxiliares;
- Razão e seus auxiliares;
- Balancetes Diários;
- Balanços e fichas de lançamentos comprobatórias dos assentamentos neles transcritos.

A Escrituração Fiscal Digital é um arquivo que se constitui "em um conjunto de escrituração de documentos fiscais e de outras informações de interesse dos fiscos das unidades federadas e da Secretaria da Receita Federal do Brasil bem

como no registro de apuração de impostos referentes às operações e prestações praticadas pelo contribuinte". Este arquivo deverá ser assinado digitalmente e transmitido, via Internet, ao ambiente Sped. Para sua transmissão, devem ser feitos downloads de programas, que ficam disponíveis no site da Receita Federal do Brasil. Esses programas serão utilizados para preparação e transmissão dos arquivos, e isso, deve ser feito mediante um prazo limite de entrega. A mesma substitui a escrituração e impressão dos seguintes livros:

- Registro de Entradas e de Saídas;
- Registro de Inventário;
- Registro de Apuração do IPI;
- Registro de Apuração do ICMS.

Escrituração Fiscal Digital - EFD é de uso obrigatório para os contribuintes do ICMS ou do IPI, podendo os mesmos serem dispensados dessa obrigação, desde que a dispensa seja autorizada pelo fisco da unidade federada do contribuinte e pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Já a Nota Fiscal Eletrônica NF-e é um documento de existência apenas digital, que tem como principal objetivo a implantação de um documento fiscal eletrônico, que, substitua a atual Nota Fiscal modelo 1 e 1-A, simplificando as obrigações acessórias dos contribuintes, cuja obrigatoriedade de uso vem determinada pelo Ajuste SINIEF nº 7/05. A relação de contribuintes obrigados a adotá-la está discriminada no Protocolo ICMS nº 10/07, que pode ser acessada pelo site:

www.fazenda.gov.br/confaz/confaz/Protocolo/ICMS/2007/pt010_07.htm.

Para ser válido, o arquivo da NF-e deve ser enviado eletronicamente e autorizado pelo fisco, e, uma vez transmitido para a Sefaz, a mesma não pode ser mais alterada, somente cancelada, desde que não haja o fato gerador, ou seja: a saída da mercadoria do estabelecimento. O cancelamento poderá ser realizado no próprio programa emissor da NF-e, que mediante ao Ato COTEPE/ICMS nº 13, o prazo para cancelamento não poderá ser superior a 24 horas, este ato entra em vigor na data da sua publicação no

Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2011. Passado esse período, o cancelamento só será efetuado mediante a apresentação de um pedido de cancelamento junto aos documentos que o atribuem, para que possa ser analisado pela Agência Fazendária do município tributário.

Outra característica desse novo sistema, é que a NF-e poderá ser impressa numa representação gráfica simplificada, denominada Danfe - Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica. O Danfe não é uma nota fiscal, nem a substitui, servindo apenas como instrumento auxiliar para consulta da NF-e, e para acompanhamento da mercadoria até seu destinatário, pois nela contém a chave de acesso e um código de barras bidimensional que facilitará a captura de informações da NF-e, pelas unidades fiscais.

Segundo o site do SPED, a Nota Fiscal Prestação de Serviço Eletrônica – NFS-e, está sendo desenvolvida de forma integrada, pela Receita Federal do Brasil (RFB) e Associações Brasileiras das Secretarias de Finanças das Capitais (Abrarf). A NFS-e é um documento de existência exclusivamente digital, gerado e armazenado eletronicamente em Ambiente Nacional pela RFB, pela prefeitura ou por outra entidade conveniada, para documentar as operações de prestação de serviços.

A geração da NFS-e será feita, automaticamente, por meio de serviços informatizados, disponibilizados aos contribuintes. Para que sua geração seja efetuada, dados que a compõem serão informados, analisados, processados, validados e, se corretos, gerarão o documento.

Mediante informações de Young (2010), a nota de Conhecimento de Transporte Eletrônico – CT-e, foi instituída pelo Ajuste Sinief

09, de 25.10.2007 com alterações dadas pelo Ajuste Sinief 04/09, poderá ser utilizado para substituir um dos seguintes documentos:

- Conhecimento de transporte rodoviário de cargas, modelo 8;
- Conhecimento de transporte aquaviário de cargas, modelo 9;
- Conhecimento de transporte ferroviário de cargas, modelo 11;
- Nota fiscal de serviço de transporte ferroviário de cargas, modelo 27;
- Nota fiscal de serviço de transporte, modelo 7, quando utilizado em transporte de cargas.

Após o recebimento do Conhecimento de Transporte Eletrônico, a Secretaria de Fazenda Estadual disponibilizará consultas, através da internet, para o tomador do serviço e outros legítimos interessados que detenham a chave de acesso do documento eletrônico.

Dados vindos da Receita Federal do Brasil, dizem que na utilização desse novo sistema, os benefícios se voltarão tanto para o fisco quanto para os contribuintes, tais como:

- Redução de custos com a dispensa de emissão e armazenamento de documentos em papel;
- Redução do tempo despendido com a presença de auditores fiscais nas instalações do contribuinte;
- Simplificação e agilização dos procedimentos sujeitos ao controle da administração tributária;
- Aumento da produtividade do auditor através da eliminação dos passos para coleta dos arquivos;
- Possibilidade de troca de informações entre os próprios contribuintes a partir de um «layout» padrão;
- Preservação do meio ambiente pela redução do consumo de papel.

Por fim, podemos definir que o SPED tem como seu principal papel, facilitar a transmissão de informações entre fiscos e contribuintes, mediante a unificação de um sistema, ocasionando benefícios diversos, mas o mais importante é a transparência proposto pelo sistema.

*Acadêmico do segundo semestre do Curso de Ciência Contábeis FCARP



O DIREITO NÃO SOCORRE AOS QUE DORMEM

Bruna Rafaela de Almeida Voltolini*
Luís Alberto da Costa Guerra*
Mairalena Batista Pinheiro*
Marcella Maysa de Sousa*
Steice Figueredo de Lacerda*
Jefferson Antonione Rodrigues**

Soa brasileira, guerreira, não tô de boqueira, não pague pra ver (...) da dona "Maria da Penha" você não escapa (...) ***

É sabido que desde os primórdios as mulheres consideradas o "sexo frágil" não possuem um lugar digno na sociedade, o preconceito que a contorna é muito forte, a sociedade machista que domina o mundo sufoca suas atitudes e proíbe inúmeras ações de sua parte por considerá-las inaptas para praticá-las.

Sabemos que a igualdade constitui o símbolo da democracia e é reforçada em outras normas, mas como já ensinava Aristóteles, a verdadeira igualdade almeja primordialmente a dignidade da pessoa humana, consiste em tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais de acordo com suas desigualdades.

Com o advento da globalização, as mulheres vêm tomando conta do mercado de trabalho e conquistando cada vez mais espaços, contudo, a sociedade machista produz um descompassante número de casos de violência contra a mulher. Contudo, as mulheres adquiriram um direito de proteção advindo de muito sofrimento, trata-se da Lei 11.340 de 08/08/2006 criada para coibir e prevenir a violência contra a mulher.

A Lei leva o nome de uma vítima que cansada de tanta impunidade usou de sua história de vida para buscar um benefício, uma segurança maior que alcançasse todas as que passam pela mesma violência. Maria da Penha Maia Fernandes que sofreu tentativa de assassinato pelo marido, ficou paraplégica em 1983 após levar um tiro do companheiro. Depois da ocorrência, o marido ainda tentou eletrocutá-la. Após oito anos, o acusado foi condenado a oito anos de prisão, mas recorreu e cumpriu apenas dois anos. A mulher vitimizada pela violência, dentre tantas outras, Maria da Penha, deu nome à lei.

Após tanta luta pela conquista, agora outra luta se consolida: pela maior utilização desse instrumento de defesa das mulheres, pois, mesmo sendo protegidas por lei, as ameaças sofridas as retraem e impedem de denunciar. Conforme os dados do IBGE no Brasil, 70% dos crimes contra mulheres acontecem no âmbito doméstico e os agressores são os maridos ou companheiros.

Segundo exterioriza a Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéa Freire, "toda mulher tem o direito a uma vida livre de violência, que é nosso desejo e deve ser nosso compromisso".

Dessa forma, para fazermos valer a Lei 11.340/06 - "Lei Maria da Penha" é necessário que o Ministério Público denuncie o delito, e sujeito o acusado a acionamento penal público incondicionado, isto é, aquele delito que não necessita que a vítima impulsione a sua investigação ou o ajuizamento da ação penal, que pode ser movida pelo Ministério Público. Na ação penal pública condicionada, a ação criminal só é ajuizada com o consentimento expresso da vítima.

Sendo assim, é de extrema necessidade que a Lei Maria da Penha seja uma "Ação Pública Incondicionada" para se tornar uma lei funcional com resultados benéficos cada vez maiores. Diante disso, para reforçar ainda mais o já estabelecido art. 226, § 8º da Constituição Federal: "A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado (...). O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações", temos os arts. 25 e 26 da Lei 11.340/06, que vêm assegurar a intervenção do Ministério Público, verbis:

Art. 25. O Ministério Público intervirá, quando não for parte, nas causas cíveis e criminais decorrentes da violência doméstica e familiar contra a mulher.

Art. 26. Caberá ao Ministério Público (...)

II – fiscalizar os estabelecimentos públicos e particulares de atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, e adotar, de imediato, as medidas administrativas ou judiciais cabíveis no tocante a quaisquer irregularidades constatadas.

Destarte, é imprescindível que, com a conquista de uma legalidade que protege as mulheres de qualquer tipo de violência, exista também a validade de representação desta por meio da Ação Penal Pública Incondicionada. Apesar de ser necessária a preservação da autonomia da vontade, a grande falha está no entendimento da violência como uma questão privada e não pública. Não podemos impor balizas ao sentimento da vítima, contudo, quanto ao crime, é uma questão pública, cabendo ao Estado vigiar e punir, para que este direito não fique adormecido, afinal "Dormientibus Non Succurrit Jus", ou: a justiça não socorre aos que dormem.

* Acadêmicos do 4º semestre do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade Católica Rainha da Paz- FCARP.

** Mestre em Direito, professor da FCARP.

*** Maria da Penha - Música composta por Paullinho Resende e Evandro Lima



Edna Soares da Silva*

A Secretaria de Estado e Educação do Estado de Mato Grosso realizou o 1º Seminário para a Construção do Plano Estadual de Educação nas Unidades Prisionais em Mato Grosso no período de 21 a 24 de setembro de 2010. Com isso, o Estado de Mato Grosso coloca oficialmente em pauta a discussão, com os diferentes setores da Sociedade, acerca das condições em que se realiza a educação no Sistema Prisional, bem como, a possibilidade de ampliação de oferta da Educação nas Unidades Prisionais do Estado.

A Educação em Prisões tem como pressuposto a compreensão da educação como um direito. Essa compreensão se dá primeiramente em face dos postulados estabelecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, especificamente sobre a Educação: "Toda pessoa tem direito à instrução" (Artigo XXVI).

Ademais, a compreensão exposta figura no ordenamento jurídico brasileiro, uma vez que a Constituição de 1988 expressamente estabelece em seu artigo 205, que "a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho". E, o artigo 208, por sua vez, dispõe que "o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I – ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que não tiveram acesso na idade própria".

Como vimos, o Direito à Educação no Sistema Prisional encontra guarida no Sistema Normativo Brasileiro e, em tempo, o Estado de Mato Grosso abriu espaço para dialogar a respeito com a finalidade de elaborar o Plano Estratégico Estadual de Educação nas Unidades prisionais, observadas as experiências concretas e bem sucedidas nas Unidades Prisionais.

EDUCAÇÃO NAS PRISÕES: UM DIREITO?

"Estive preso e me visitastes" (Mateus 25: 36)

Contudo, essa questão ainda é delicada, pois, a educação para pessoas encarceradas ainda é vista pelo próprio sistema prisional como um "privilégio"; ainda soa como algo estranho. Muitos professores e professoras afirmam sentir a unidade prisional como uma ambiente hostil ao trabalho educacional. Neste local, a educação se constitui, muitas vezes, em "moeda de troca" em que estão, de um lado, gestores e agentes prisionais e, do outro, encarcerados, visando à manutenção da ordem disciplinar. Via de regra há um conflito cotidiano entre a garantia do direito à educação e o modelo vigente de prisão, marcado pela superlotação, por violações múltiplas e cotidianas de direitos e pelo superdimensionamento da segurança e de medidas disciplinares (CARREIRA, 2009).

Para mudar esta realidade é preciso que aqueles que atuam no sistema prisional, bem como a Sociedade, vejam o encarcerado sob a ótica da humanização. Nesta ótica, a educação se constitui como um dos caminhos possíveis para a ressocialização do condenado. E, conseqüentemente, para o bem de todos, uma vez que este retornará ao convívio social.

A Igreja sempre colocou no centro de suas preocupações a pessoa humana, entre elas, a figura do condenado. Enfrentou o tema da Realidade Prisional em 1999, com a Campanha da Fraternidade que tinha como Tema "A Fraternidade e os Encarcerados" e o Lema: "Cristo liberta de todas as prisões". O objetivo proposto pela Igreja era, entre outros, o de despertar a sensibilidade e solidariedade dos cristãos, e de todos os homens e mulheres de boa vontade, para com as vítimas e para com os encarcerados, ajudando-os a perceberem a realidade carcerária do Brasil e a se comprometerem na realização das mudanças necessárias, bem como, ajudar os educadores e educadoras a realizar a educação para a fraternidade, a reconciliação e a responsabilidade pelo bem de todos.

Assim, o compromisso para o qual a Igreja convoca, deveria ser de todos, principalmente dos cristãos, uma vez que se faz necessária a realização de mudanças no Sistema prisional que efetivamente garantam a educação como direito, com vistas à humanização do encarcerado. Este compromisso pode ser hoje a atualização do preceito evangélico: "Estive preso e me visitastes". (Mateus 25: 36).

*Consultora da SEDUC para a Elaboração do Plano Estratégico de Educação nas Unidades Prisionais; Professora do Curso de Direito da FCARP; Mestre em Educação e Movimentos Sociais pela UFMT.

EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Diemys de Souza Teixeira*
Elen Fernanda Fernandes Melo*
Eudes José Silva Coelho*
Jessica Monaski Moreira*
Katia Luz Gregório*
Rafael Oliveira Andrade*
Marcelo Porrua**

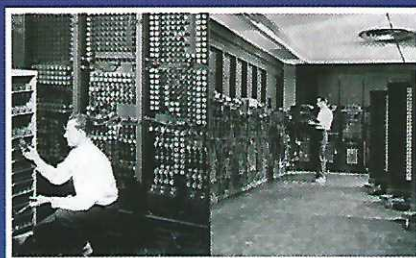
NO COTIDIANO

Atualmente vivemos cercados por equipamentos, materiais e atividades que sofreram e ainda sofrem o processo de evolução tecnológica. Esse processo não causa mudanças apenas no que fazemos, mas também em nosso comportamento, na forma como adquirimos conhecimentos e no nosso relacionamento com o mundo. Vivemos num mundo tecnológico, estruturamos nossas ações através da tecnologia. Neste artigo mostraremos como a tecnologia evoluiu e se torna essencial em nosso dia a dia.

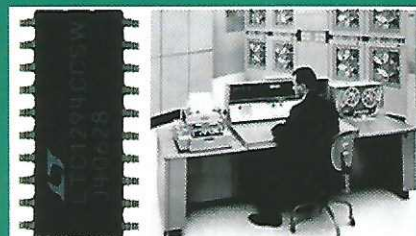
A Evolução Tecnológica abrange muitas áreas da sociedade, peguemos como exemplo a evolução ocorrida nas calculadoras e nos computadores. A primeira calculadora que se tem notícias é o ábaco, de origem chinesa, capaz de efetuar operações algébricas elementares. Hoje, existem calculadoras que são verdadeiros computadores portáteis, executam inúmeras operações e fórmulas matemáticas bastante complexas.

A Tecnologia da Informação (TI) pode ser definida como um conjunto de todas as atividades e soluções providas por recursos de computação, vem revolucionando o mundo num contexto geral no que diz respeito à inovação e criação de formas mais ágeis para realizar as atividades do cotidiano ou facilitar as relações interpessoais. Nos dias de hoje, um microprocessador é o produto mais complexo produzido em massa, com mais de 5,5 milhões de transistores, executando centenas de milhões de cálculos por segundo.

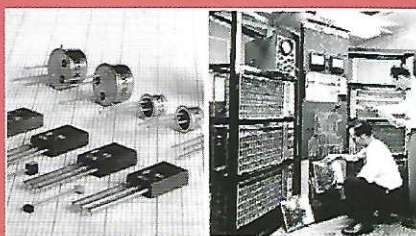
Os computadores estão por toda parte; na medicina, robôs servem de assistentes de médicos, surgem sofisticados programas de diagnósticos por imagem, cirurgias e pacientes já são monitorados a distância e em uma videoconferência uma junta médica discute o caso, podendo chegar a uma solução com maior rapidez e segurança em minutos.



Primeira geração de computadores denominados ENIAC, foram constituídos com válvulas eletrônicas, eram verdadeiros monstros eletrônicos, ocupavam muito espaço e consumiam muita energia.



A Terceira geração de computadores foi marcada pelo encapsulamento de mais de um transistor num mesmo receptáculo, surgiu assim o Circuito Integrado (CI), os primeiros contavam com cerca de 8 a 10 transistores por cápsula (chip).



Os primeiros transistores surgiram para marcar a Segunda Geração de computadores, revolucionando a eletrônica, passaram a consumir menos energia e espaço, e aos poucos foram ganhando a confiança de seus usuários.



Já na Quarta geração de computadores, a Intel introduziu o primeiro microprocessador comercial, o 4004, inventado por três engenheiros da Intel, ele continha somente 2.300 transistores e executava cerca de 60.000 cálculos por segundo.



A Quinta geração de computadores foi marcada pela tecnologia denominada RISC (Reduced Instruction Set Computing), que permite maior velocidade no processamento ao reduzir ao mínimo o número de instruções executadas pelo processador.

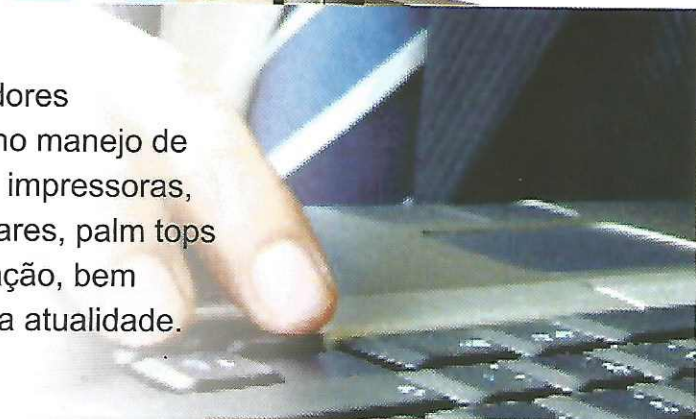
Na educação, percebemos claramente o uso de tecnologias nas salas de informática, projetores de imagem e nas teleconferências onde apenas um professor pode dar aula para diversas turmas, independente da localização. É comum ouvir dos estudantes que o material utilizado em suas pesquisas escolares foram “baixados” da internet.



A tecnologia está tão presente que não podemos pensar em viver sem ela; imagine ficar um tempo sem celular, aparelho de DVD ou de microondas, geladeira, condicionador de ar, televisão, controle remoto, receptor de TV, vídeo game, secretária eletrônica, computadores, internet sem fio e por rede, entre outras facilidades que só o desenvolvimento da tecnologia é capaz de trazer.



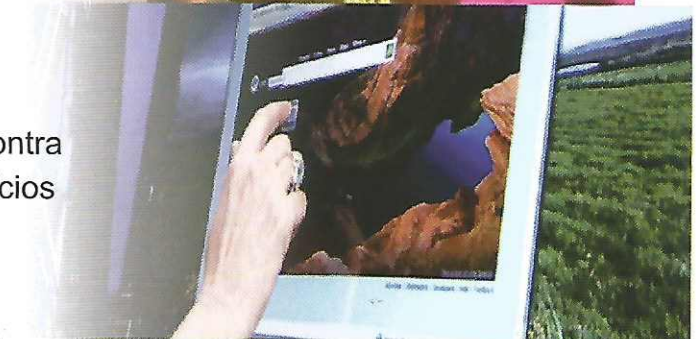
O mercado passou a exigir dos trabalhadores conhecimentos e habilidades em informática e no manejo de equipamentos como computadores, notebooks, impressoras, máquinas fotográficas digitais, pen drives, celulares, palm tops e diferentes ferramentas utilizadas na comunicação, bem como softwares e hardwares, imprescindíveis na atualidade.



Em qualquer local existe algum tipo de tecnologia nos desafiando o tempo todo, e se não houver, esse local fica ainda mais marcado e rotulado por nós como “o fim do mundo” e se não sabemos como usar esse universo tecnológico, somos taxados de “homens das cavernas”.



Parece inevitável que este processo nos alcance e se imponha. Melhor seria não lutar contra ele, mas a seu favor, usufruindo de seus benefícios para nossa vida diária.



* Acadêmicos do 2º semestre do curso de Sistemas de Informação FCARP

** Professor FCARP da disciplina de Português Instrumental, mestre em Educação pela UFMT.

ANALFABETISMO TECNOLÓGICO

INCLUSÃO DIGITAL



Adler Souza Ramos*
Alex Fernando Cescon de Moraes*
Alina Roberta Gonçalves de Souza*
Estefania Rodrigues Ferreira*
Jonner Diogo Costa Leite*
Prof. Ms. Marcelo Porrua**

No mundo em que vivemos o domínio das inúmeras técnicas que venham a trazer melhorias e qualidade de vida às pessoas é essencial para a convivência em sociedade. Com tantas tecnologias que fazem parte do nosso dia-a-dia, é quase impossível imaginarmos viver sem os benefícios que elas nos oferecem. No entanto, existem pessoas que, apesar de estarem vivendo num mundo tão tecnológico, não tem acesso a essas tecnologias, fazendo parte de um grupo que são considerados como analfabetos tecnológicos.

O analfabetismo tecnológico, como estamos acostumados a ouvir pela mídia e discursos políticos, não se limita apenas ao não uso de um microcomputador ou o não acesso à internet. Ele é causado por muitos fatores, e atingem milhões de pessoas em todo mundo. Uma das causas é a desigualdade social, onde pessoas de classes mais baixas não têm condições de adquirirem equipamentos modernos, e nem mesmo ingressaram em cursos que garantam o aprendizado dessas tecnologias. Outro motivo é a resistência criada por algumas pessoas de não quererem usar as novas tecnologias por diferentes motivos. E por isso não conseguem beneficiar-se das tecnologias presentes em seu cotidiano, como aparelhos de celular, computadores, forno microondas, um caixa eletrônico de banco, enfim, incontáveis suportes que usam a tecnologia.

Ao não usufruírem de tais benefícios, pelo fato de os acharem complexos, algumas pessoas preferem não se envolver deixando que outros executem tais tarefas em seu lugar, ficando assim excluídos do aprendizado tecnológico e sem usufruir de seus benefícios.

Para combater o analfabetismo tecnológico é preciso incluir de alguma forma essas pessoas. Por isso, a inclusão digital é uma proposta que quer tornar acessível essa tecnologia às pessoas, resgatando esses indivíduos da ignorância tecnológica. Sendo assim é possível incluí-las, visto que as políticas adotadas para isso também são muitas.

Um bom exemplo de política de inclusão digital são alguns programas do governo que implementam cursos profissionalizantes em área de tecnologia, que são oferecidos nas escolas para os alunos. Contudo uma forma bastante democrática do acesso se configura na oferta de salas com computadores - chamadas de Tele Centros, onde as pessoas têm acesso gratuito à internet.

Lembramos que a ênfase no uso de um computador e da internet não é o suficiente para a inclusão digital, porém essa prática abre portas para um novo conceito a respeito do mundo. Pois, as pessoas incluídas vão poder utilizar os mais variados benefícios da tecnologia com rapidez, praticidade, qualidade de vida, e acima de tudo a facilidade. É importante que todos na sociedade possam fazer parte desse mundo digital, abrindo um leque de oportunidades em vista de uma vida melhor em vários aspectos. Um mundo em que as pessoas não são capazes de acessar as diferentes tecnologias é um mundo que impede o crescimento do indivíduo na sociedade. Nesse contexto, inclusão digital é inclusão social.

* Acadêmicos do 2º semestre do curso de Sistemas de Informação FCARP

** Professor FCARP da disciplina de Português Instrumental, mestre em Educação pela UFMT.

DANÇA NA ESCOLA: REFLEXÕES E POSSIBILIDADES

Viviani da Silva Martins*

Márcia Cristina Rodrigues da Silva Coffani**

Este texto discute as implicações teórico-metodológicas em relação ao ensino da dança no currículo escolar, abordando ainda, as dificuldades encontradas pelo professor para desenvolver a dança enquanto conteúdo da Educação Física Escolar.

Desde que Roger Garaudy (1989) declarou ser a dança o “primo pobre da educação”, o parentesco dessa linguagem artística com as demais disciplinas do currículo já foi bastante alterado. No Brasil, nos últimos anos, a preocupação de educadores e legisladores em pelo menos mencionar a dança em seus trabalhos e programas tem sido evidente.

Em 1997, a Dança foi incluída como conteúdo curricular pelos Parâmetros Curriculares Nacionais da área de Artes e Educação Física (BRASIL, 1997) e ganhou conhecimento nacional como forma de conhecimento a ser trabalhado na escola. Já são muitos os congressos, simpósios, encontros e cursos de nível universitário que têm se preocupado em incluir a dança em currículos de graduação e pós-graduação.

Segundo Marques (2007), a idéia de que “dançar se aprende dançando” é, na verdade, uma postura ingênua em relação aos múltiplos significados, relações, valores pessoais, culturais, políticos e sociais literalmente incorporados às nossas danças. A compreensão do papel político-social da dança vai muito além do mero ato de dançar.

Citam-se como conteúdos específicos do conteúdo dança: aspectos e estruturas do aprendizado do movimento (coreologia, educação somática e técnica); disciplinas que contextualizem a dança (história, estética, apreciação e crítica, sociologia, antropologia, música assim como saberes de anatomia, fisiologia e cinesiologia) e possibilidades de vivenciar a dança em si (repertórios, improvisação e composição coreográfica).

Uma postura crítica em relação ao ensino de dança leva a inserção e discussão de conteú-

dos bem mais amplos e complexos do que apenas ensinar e aprender mecanicamente uma coreografia de carnaval ou a simples reprodução de uma dança popular, como por exemplo, o conhecimento da diversidade cultural de ritmos e manifestações dançantes de diferentes países e povos.

A dança não se restringe a um conjunto de passos e sequências de movimentos prontos e acabados como os veiculados na e pela mídia, a serem aprendidos de forma reprodutivista e alienadora pelo aluno. Pela dança ressaltam-se habilidades e se constroem movimentos corporais aprendidos a partir da experiência criativa e expressiva do corpo. Portanto, o professor, ao trabalhar esse conteúdo na formação do aluno, necessita apresentar uma postura crítica do que se vê e faz através da dança, sempre com responsabilidade. Deve visar sempre que os alunos depositem confiança na sua pessoa, para ajudá-los não apenas na aprendizagem de gestos, expressões e movimentos, mas para que entendam através da dança as formas desiguais da sociedade em que vivem.

Uma das maiores dificuldades que se encontra para o ensino da dança no âmbito escolar é o entendimento equivocado do papel e importância dessa manifestação da cultura corporal como forma de preparação para a vida em sociedade, que ainda é vista como símbolo de diversão, canal para liberação de energias contidas, atividade de relaxamento.

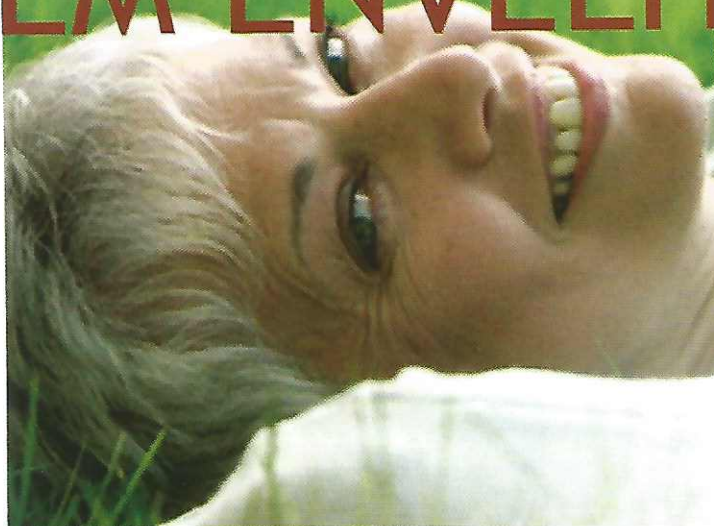
Destaca-se que o ensino da dança nas aulas de Educação Física permite uma abordagem de natureza histórica, cultural e corporal de forma prazerosa e lúdica do corpo em movimento. Isso significa proporcionar ao aluno atribuir significados à existência, oportunizando uma aprendizagem de forma dinâmica, mediando o encontro com a realidade e tornando-o construtor de sua história e identidade cultural.

*Acadêmica do 4º Sem. do Curso de Educação Física – FCARP.

** Professora FCARP, Mestre em Educação pela UFMG.

PERSPECTIVAS

PARA O CORPO EM ENVELHECIMENTO



Vitor Furiéri Brum*
Marcelo Porrua**

Este texto aborda o tema envelhecimento humano, ressaltando a importância da vivência de atividades corporais na Terceira Idade, uma preocupação que fundamenta-se na dinamicidade das mudanças socioeconômicas, pelas quais, o mundo globalizado passa e que influenciam diretamente o que pensamos e o que fazemos com seu corpo os anciões nessa fase da vida.

A discussão da causa do envelhecimento é uma prioridade marcada pela urgência em concretizar uma postura de responsabilidade ética e social, que deve fazer parte de um sistema de garantias dos direitos humanos de todo e qualquer cidadão; que deverá ser implementada, fundamentalmente, pela família e sociedade, em relação à participação social do idoso. E que assim, vise atender às demandas da promoção e valorização da pessoa idosa, através de atitudes que o levem à percepção de si mesmo como um ser humano integral.

A velhice é uma fase natural da vida e não há como fugir do ciclo: nascimento, crescimento, amadurecimento, envelhecimento e morte. Como escreveu Simone de Beauvoir (1970) em *A Velhice*: “Existe a possi-

bilidade de morrer prematuramente ou envelhecer:

“não existe alternativa”. O processo de envelhecimento e a fase da velhice fazem parte de nossas experiências. Portanto, os idosos são “personagens reais e também fictícios em nossa vida pessoal, afetiva e intelectual” (MASCARO, 1997, p. 8/9).

Mascaro (1997) comenta que vivendo com o idoso podemos enriquecer com suas experiências, criatividade e lembranças que nos transmitem felicidade, sabedoria e, às vezes, angústias ou emoções. Todos sentimentos que fazem parte da vida e que os idosos já vivenciaram várias vezes.

Destaca-se que o apelo da velhice, bastante divulgado na mídia, pode ter contribuído para que uma parte bastante significativa de nossa sociedade tenha construído um estereótipo da pessoa idosa como um “estorvo”. Por muito tempo, as informações veiculadas afastavam os idosos de um modo de existir que lhes permitissem o ingresso num círculo de respeito a si mesmo e, conseqüentemente, ao outro, o que pode colocá-lo numa dinâmica de desigualdade, desprezo e desprazer.

Determinar a idade em que uma pessoa pode ser considerada idosa é uma tarefa difícil, pois num determinado momento histórico, numa dada sociedade e em diferentes situações sociais, uma pessoa pode ser

considerada idosa aos 70, aos 60, ou até mesmo aos 40 anos.

No momento em que no Brasil os níveis de expectativa de vida aumentam significativamente, os indivíduos da Terceira Idade (expressão mais moderna e positiva), não encaram mais esta fase de suas vidas como uma etapa final de seu viver. Cada vez mais a Terceira Idade é compreendida como um prolongamento, no qual podem e devem seus integrantes direcionar sua energia na procura de inserção nos padrões sociais vigentes, até mesmo com um modelo de vida semelhante ao dos jovens, mas, logicamente, dentro de outros limites e circunstâncias.

Não devemos encarar o geronte como um adulto degradado, mas sim, como um ser que vivencia um novo estágio biológico, emocional e social de sua vida e que traz em sua bagagem a serena compreensão de quem aprendeu a recolher os ensinamentos da própria vida.

Da mesma forma que foram arraigadas em seus comportamentos, algumas práticas, podem ser ressignificadas na medida em que forem colocadas frente a situações questionadoras que levem a uma verdadeira crise paradigmática. Muitos de nós, idosos ou não, expressivamente, não têm uma percepção real do seu próprio corpo enquanto consciência-de-si, no entanto, deixam extravasar seus conceitos através das atitudes que tomam (PORRUA, 2009).

O homem, por meio do seu corpo, vai assimilando e se apropriando dos valores, normas e costumes sociais. Mais do que um aprendizado intelectual, o indivíduo adquire um conteúdo cultural, que se instala no seu corpo, no conjunto de suas expressões. Em outros termos, o homem aprende a cultura por meio do seu corpo, assim também, na fase da velhice.

Os idosos procuram nos dias de hoje, nas mais variadas atividades do seu cotidiano, estabelecer um modo de vida diferente de tempo atrás, desenvolvendo uma dinâmica própria na busca da autonomia necessária, na qual seus corpos, através de múltiplas atividades físicas e sociais, possam estabelecer uma

outra forma de viver e se usufruir da cultura corporal e suas diversas manifestações.

Lamb (1999, p. 62) enfatiza que a atividade física e os exercícios físicos realizados durante toda a vida previnem contra doenças, promovem saúde e previnem incapacidades. Afirma, ainda, que os efeitos dos benefícios da atividade física e dos exercícios não são limitados apenas para jovens e adultos, mas para os indivíduos na fase da velhice, pois nossos músculos têm memória e essa memória muscular é ainda mais necessária e exigida na terceira idade.

Portanto, destaca-se que com a prática das atividades físicas, os envelhescentes passam a sentir uma nova e agradável disposição física e mental. Com o convívio regular, os idosos adquirem ótimas oportunidades de relacionamento com o grupo, trocando experiências e anseios, o que contribui sobretudo para a alegria de viver.

Por tudo isso, entende-se que a atividade física é fundamental ao pleno desenvolvimento dos gerontes, tanto para as funções cardiovasculares, pulmonares, locomotoras e psicológicas como também na manutenção da saúde social.

Há que se lembrar que ao iniciar atividades físicas, o geronte deve submeter-se a um controle médico, principalmente em se tratando de pessoas não habituadas a exercícios físicos regulares para avaliação do quadro geral de saúde.

*Acadêmico do Oitavo Semestre do Curso de Licenciatura em Educação Física – FCARP.

** Professor FCARP, Mestre em Educação pela UFMT.



FORMANDOS 2010

CURSO DE ADMINISTRAÇÃO



Ailton Fernandes da Silva
Claudiana Soares Gonçalves
Édina Luciana Danielski
Elisangela Dias Moreira
Fidélis de Siqueira Gonzaga
Ivo Negrão da Silva
João Augusto Agostini Neves
José Vicente Gonçalves dos Santos
Lucas Andrade Zuchetti
Magna Dutra da Silva Durães
Rodrigo César Guimarães da Silva
Romário Custódio Jales
Rosicler Monteiro dos Santos
Rubilana Medeiros de Castro
Suely Maria de Oliveira

*Neste momento especial,
quero expressar meu carinho
dizendo que, diante das
organizações, tenham consciência
de suas responsabilidades como
Administrador, reconhecendo cada
uma de suas limitações.
Todavia, humildemente,
junto com os companheiros de
trabalho, busquem o consenso para
alcançar soluções e tornar o
trabalho menos penoso e mais produtivo.
O mundo espera que as suas
decisões sejam as mais acertadas
e produzam uma sociedade mais
justa e seres humanos mais realizados.
Parabéns a todos vocês!*

Prof. Ms. Ezequias Francisco Duarte

FORMANDOS 2010

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS



Há quatro anos vocês adentravam para a vida universitária corajosos e determinados, como se fossem uma criança ao dar seus primeiros passos.

Enfrentaram todos os obstáculos com galhardia, ávidos por chegar a este momento que hoje festejamos.

Desejo que a vida de cada um seja um desencadear de desafios e de conquistas na busca de tão almejado êxito profissional, pois o sucesso é sempre daqueles que batalham, e com toda certeza vocês são merecedores desse destaque.

Do amigo de sempre!

Prof. Ms. Odenildo de Sá Teles

Aline Silva Rabelo
Amélia Rocha Paulino
Ana Paula Cazarini
Cintia Maria da Silva
Cleudson Dias Vieira
Cleiton Alves da Silva
Cléberon Salustiano da Silva
Derivaldo Pereira de Oliveira
Éder José de Mei Mello
Elder Henrique Tambarussi
Elenilda Alves Dorneles
Elizete Alves Dorneles
Everton Renato Ferraz Alcântara
João de Oliveira Campos
Kerlianne Martins Ferreira
Leidiane Pedroso de Freitas
Marly Ferreira de Souza
Meirielle Pereira da Silva
Michelle Daiane Duranti Martins
Paulo Victor Silva Lima
Poliana Bertolin Capeletti
Sarah Assis dos Santos
Tânia Camargo de Oliveira
Wellington Bianchini Molina
Wellington Rodrigues dos Santos

FORMANDOS 2010

CURSO DE DIREITO



TURMA A

Adilson Ribeiro de Brito
Alcides Vidal Salomé Filho
Ana Paula dos Santos Chioato
Ariadny Dantas
Arlés Dias Silva
Bruna Gonzaga de Freitas
Cremilda da Silva Lopes
Delair Teixeira de Alcantara
Edimar Rodrigues da Silva
Edison Neres de Amorim
Edison Pereira da Silva
Edivaldo Adão Muniz
Eily Cristina Leandro Alves
Erica Gonzaga de Freitas
Flavia Gonzaga de Freitas
Helem Cristina dos Santos
Joylis Soares
Juliana Aparecida Peres
Juliano Duarte Prioto
Lear Teixeira
Mayrla Thandra Martins
Raydy Roberta Boton
Ronaldo Mateus
Rozineide Moreira Schuenck
Suzamara Inácio
Uemerson Alves Ferreira
Valdinei Rodrigues Salgueiro
Waldir Luis Garcia de Moura
Walter Pereira da Silva
Wanderson Clayton e Silva



Queridos Formandos,

Chega ao fim uma batalha que começou com um sonho há cinco anos atrás.

Quero parabenizá-los pela vitória, mas também lembrá-los de que esta foi apenas uma das muitas lutas que terão que enfrentar no decorrer de toda a carreira que abraçaram.

No entanto, sei que estão mais bem preparados e certamente serão vitoriosos.

FORMANDOS 2010

CURSO DE DIREITO



TURMA B



Adão Francisco do Nascimento
Airton de Almeida Marques
Alana Vieira da Silva
Aluizio Francisco de Sá
Antonio Agnaldo da Silva
Bruna Gabriela Zanrosso
Bruno Ricci Garcia
Carla Beatriz Silva Ferreira
Chrystiani Santos Ferreira
Claudiane Gomides Pinheiro
Denilson Piveta
Donizete Ferreira de Queiroz
Edison Dias Miranda
Elisangela Rodrigues da Silva
Elson Barbosa Louro
Francisco de Assis da Silva
Isabel Cristina da Silva Otênio
Ivanilda Maria de Jesus Rios
José Alberto da Cruz
José de Deus Lima
José Nivaldo de Lima
José Olímpio de Melo Junior
João Henrique
Juliana Fernandes Sá
Leonardo Andrade Zuchetti
Luciana Rita de Queiroz Mamedes
Lucio Junior Bueno Alves
Luiz Gançalves de Seixas Filho
Luiz Nelson Zuchetti Júnior
Pedro Henrique Gomes
Renata Borges Batista
Rezende Macedo Teixeira
Rosimeire Delforno
Sandra de Paulo Sulzbach
Sarah Caroline Mendes Pinheiro
Simony Pena de Souza Monez
Uelligton Julio da Silva

Desejo que o conhecimento adquirido não seja um obstáculo à humildade, mas sim uma fonte inesgotável de boas idéias, dignidade, bom senso e responsabilidade.

Valeu a pena?

"Tudo vale a pena se a alma não é pequena"

(Fernando Pessoa)

Parabéns! Que Deus os guarde na sua paz e sabedoria!

Prof.ª Ms. Mailsa Silva de Jesus

FORMANDOS 2010

CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA



A missão do professor não se limita apenas ao ato de ministrar aulas, mas em sanar problemas diários da própria sociedade e de si mesmo, por isso é um profissional diretamente responsável pela melhoria da qualidade da vida das pessoas.

O mercado de trabalho, onde todos os dias enfrentarão novos desafios, os espera para transformar sonhos em realidade. Por isso, sejam ambiciosos, não gananciosos, pois a ganância é egoísta, mas a ambição é algo positivo, significa almejar altos ideais. Sucesso!

Prof. Ms. Edmar Carmona

**Abraão do Carmo de Oliveira
Aldiane Ferreira Marques
Ana Paula Alvarez dos Reis
Andressa Fernandes Martins
Diego Carlos da Silva
Jaqueline Aparecida de Novais Zuchini
João Paulo Barbosa de Oliveira
Joelmir Ferreira Gomes
Josiane Rosa Terradas da Silva
Katiúscia dos Santos Garcia Silva
Márcio Gabriel Yakabe
Naraiany Pereira Martins
Otávio Vinícius de Lana Vítrio
Robson de Souza Silva
Theisse Cristina Ferreira Diogo
Vinícius Felipe Nogueira
Vitor Furieri Brum**

FORMANDOS 2010

CURSO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO



Cássia Juliana Macedo
Cesar Augusto Rossi
Dayane Wellys Braga
Douglas Rodrigues Ferraz
Fabiana Figueiredo Ferraz Balduino
Geovana Nunes Santos Serafim
Gilmar Garcia Pereira
Jonathon Fernandes Lacerda
Julienn Christoffer Silva
Marcio Alves dos Ramos
Marcos Vinícius Alves da Silva
Pedro Carlos Carrijo Campos
Rosineis Mamedes da Silva
Willian Aurélio Balduino

No primeiro contato com essa instituição, senti que os alunos seriam fortes, que não iriam se entregar com às primeiras dificuldades, que lutariam até o fim. E foi assim que o fizeram: se esforçaram, e por isso nos orgulhamos de sua conquista e da formação recebida de tantos mestres. Sinto-me feliz em ter ajudado a entregar à comunidade estes bacharéis com a missão de ajudar nosso país, nosso estado, e principalmente toda a região de Araputanga, como o seu conhecimento próprio de tecnologia nessa nova "Era Digital".

Prof. Dr. Arlenes Silvino da Silva



09/07/2010 - INICIO DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO HUMANA FCARP



26/07/2010 - DEPUTADOS VISITAM FCARP



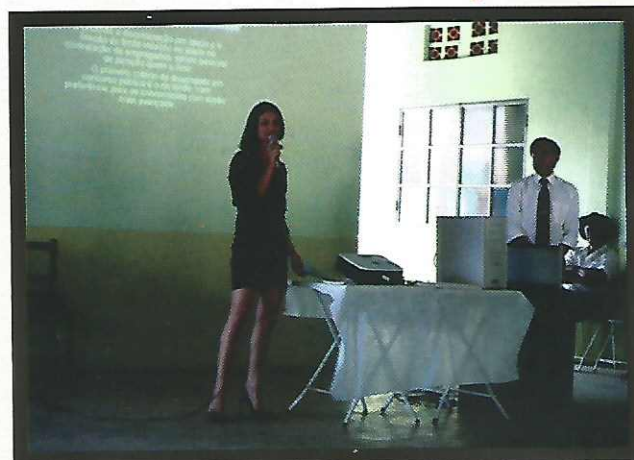
10/08/2010 - FCARP PARTICIPA DA QUEIMA DO ALHO EM ARAPUTANGA



14/08/2010 - FCARP NA 13ª EXPOARA

NOTÍCIAS

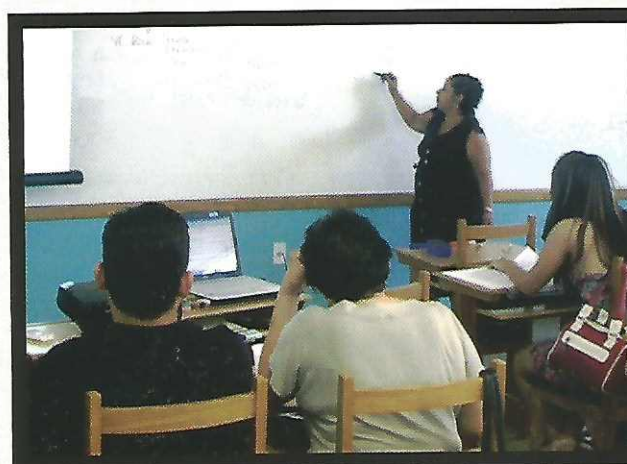
SAIBA MAIS: www.fcarp.edu.br



19/08/2010 - PALESTRA - LEI DO ESTATUTO DO IDOSO



23/08/2010 - PALESTRA - DECLARAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS



25/08/2010 - TREINAMENTO EM RECURSOS HUMANOS



25/08/2010 - FCARP NO ENCONTRO DA MULHER RURAL



21/08/2010 - SEMINÁRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA NA INFÂNCIA



31/08/2010 - IV SEMANA JURÍDICA



14/09/2010 - ACADÊMICOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS VISITAM CRC/MT



03/09/2010 - SEMANA DO ADMINISTRADOR



15/09/2010 - VIII SEMINÁRIO ACADÊMICO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS



26/04/10 - CURSO DE VIGIA E PORTEIRO REALIZADO NA FCARP

NOTÍCIAS
SAIBA MAIS: www.fcarp.edu.br



30/09/2010 - VISITA DA COMISSÃO MEC PARA O RECONHECIMENTO DO CURSO DE DIREITO

NOTÍCIAS

SAIBA MAIS: www.fcarp.edu.br



08/10/2010 - DIA DAS CRIANÇAS NA E. E. NOSSA SENHORA DE FÁTIMA



14/10/2010 - DIA DAS CRIANÇAS NO JBS FRIBOI - ARAPUTANGA



14/10/2010 - MINI-CURSO: LUGAR DO CORPO E DO BRINCAR



15/10/2010 - DEFESA MONOGRÁFICA - CURSO DE DIREITO



18/10/2010 - PALESTRA - LEI MARIA DA PENHA



25/10/2010 - MINI-CURSO: GINÁSTICA LABORAL



26/10/2010 - PALESTRA – POLÍTICA DA BOA VIZINHANÇA



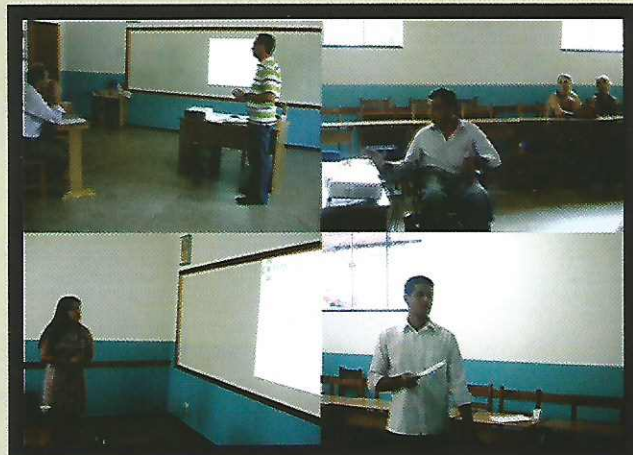
09/11/2010 - WORKSHOP DE TECNOLOGIA DO CURSO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO



10/11/2010 - CÂMARA MUNICIPAL APROVA BOLSA DE ESTUDOS



22/11/2010 - PALESTRA - SERVIÇOS OFERECIDOS PELO PODER JUDICIÁRIO



13/12/2010 - APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIOS DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

NOTÍCIAS

SAIBA MAIS: www.fcarp.edu.br



13/12/2010 - V ENCONTRO DE JOVENS PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO FÍSICA



13/12/2010 - APRESENTAÇÃO - MONOGRAFIAS DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Após ouvir a comunidade do Povo de Deus presente em todo território nacional a Coordenação Nacional da Campanha da Fraternidade e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) definiram como tema para 2011 A Fraternidade e a Vida no Planeta e como lema “A Criação geme em dores de parto” (Rm8,22) para destacar neste próximo tempo quaresmal a urgente e necessária conversão pessoal, comunitária e social para superar as alterações que ocorrerão na biodiversidade e na natureza como um todo por conta do aquecimento global, das mudanças climáticas no planeta e no Brasil.

Dessa forma, o objetivo da Campanha da Fraternidade 2011 é contribuir para a conscientização das comunidades cristãs e pessoas de boa vontade sobre a gravidade do aquecimento global e das mudanças climáticas e motivá-las a participar dos debates e ações que visam enfrentar o problema e preservar as condições de vida no planeta.

O texto-base da Campanha da Fraternidade 2011 identifica nesta polêmica duas justificativas para o aquecimento global e as mudanças climáticas: um campo afirma que “o aquecimento global é oriundo de processos da própria natureza”; outro, “que o planeta está apresentando aquecimento devido às grandes quantidades de emissões de gases de efeito estufa, que se intensificaram a partir do momento da

industrialização”. Constata-se que tanto o aquecimento global e as mudanças climáticas, que estão em processo acelerado, aceleram e intensificam ainda mais a destruição da vida no planeta: Derrubadas de florestas; modificações nas águas marinhas e dos recursos hídricos; excesso de gases poluentes na atmosfera; adensamento e verticalização dos centros urbanos; eliminação de espécies da fauna e da flora etc.

O texto-base da Campanha da Fraternidade 2011 ressalta que a gravidade destas mudanças “exigirão mais sacrifícios dos mais pobres e menos protegidos”. Já existem 50 milhões de “migrantes do clima” que se deslocam de um país para o outro, em busca de melhores condições de vida: saúde, trabalho, educação, moradia e alimentação. Após um processo contínuo de formação sobre a temática, sua iluminação pela Palavra de Deus, é urgente e necessária ação pessoal, comunitária e da sociedade como um todo para buscar alternativas que tornam possível a vida hoje e no futuro. Na apresentação do texto-base, Dom Dimas Lara Barbosa, secretário-geral da CNBB, afirma: “No mundo em que vivemos, somos diariamente interpelados por tantos rostos sofredores, que clamam por nossa solidariedade. A Igreja samaritana não pode passar adiante, na presença de tantos irmãos e irmãs que dela esperam acolhida fraterna, ombro amigo, mãos generosas, que os ajudem em sua caminhada para o Pai.”

OBSERVE O CARTAZAO LADO E REFLITA:

A **fábrica que solta fumaça** (ao fundo) mostra uma fábrica que polui o ar e degrada as águas. Serve para pensar sobre como a produção industrial prejudica o meio ambiente.

O **rio poluído** (ao centro) – traz a reflexão sobre a contaminação das águas e tudo o que vem afetando a vida dos cursos d'água, como os dejetos despejados, o desmatamento, as erosões e construções indevidas.

A **mureta que favorece a vida** (primeiro plano) – mostra que é possível surgir e fazer ressurgir a vida, apesar de todas as adversidades, e é um convite para que todos colaborem com a defesa da Criação.



“A criação geme
em dores de parto”

(Rm 8,22)



GRUPO Rio Verde

atuando em toda região



LOCAÇÃO PC 160
CAMINHÃO CAÇAMBA - PÁ CARREGADEIRA

www.gruporioverde.com.br

Grupo Bola Sete



Transportes

Tel: (65) 3261-1287 - Araputanga - MT

www.postobolasete.com.br